

ENSAIO - HORIZONTES INSURGENTES



Carlos Henrique de Lucas

Salvador/Barreiras, Bahia, Brasil

Carlos Henrique de Lucas é um acadêmico, ativista e docente, com uma trajetória multidisciplinar que integra Letras, Direito e estudos avançados em direitos humanos, cultura e sociedade. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Direito pelo Centro Universitário Dom Pedro II (Unidom), possui Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Especialização em Direitos Humanos pelo Verbo Jurídico e Doutorado em Cultura e Sociedade pela UFBA, com ênfase em Estudos Culturais e Teoria Queer. Realizou estágio pós-doutoral em Relações Internacionais na UFBA. Com experiência no ensino superior, coordenou o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e fundou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS) na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Autor do livro "Linguagens Pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade" (2017), seus trabalhos acadêmicos abordam perspectivas queer e pós-estruturalistas, explorando linguagens, literaturas e re(ex)sistências subalternas.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7826528130382371>

Correio eletrônico: chdelucas@gmail.com

CENAS DA MODERNIDADE OU A HISTÓRIA DA BARBÁRIE: POR UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DE(S)COLONIAL

DOI: 10.29327/2282886.9.1-13

Introdução

Nos acostumamos a ler a História a partir de um ponto de vista hegemônico: o europeu, ou, mais recentemente, o euroamericano. Essa narrativa dominante, construída ao longo dos séculos, consolidou-se como verdade universal, muitas vezes invisibilizando sua origem e os interesses que a sustentam. O que proponho neste texto é questionar essa hegemonia e reposicionar o olhar, oferecendo uma análise que evidencie as contradições e violências inerentes ao processo histórico da Modernidade. A partir de uma perspectiva de(s)colonial e culturalista, pretendo evidenciar como a História, tal como é contada, reflete apenas uma versão dos fatos, enquanto outras narrativas – aquelas dos povos colonizados, explorados e oprimidos – permanecem sistematicamente silenciadas.

Com isso, meu objetivo é discutir quatro momentos, ou *cenas*, como nomeio aqui, da Modernidade, de modo a demonstrar como o progresso esteve sempre entrelaçado com a barbárie. Ao invés de restringir a Modernidade a um período de avanços científicos e civilizatórios, busco trazer à tona seu lado sombrio: a exploração, o genocídio e a violência institucionalizada, que foram centrais para a construção dos sistemas de poder modernos. Reposicionar esses momentos como elementos constitutivos da Modernidade nos permite questionar a narrativa oficial e abrir espaço para uma leitura crítica da História, embasada em uma visão decolonial.

Essas quatro cenas, que serão analisadas ao longo do ensaio, incluem: a chegada do homem europeu às Américas e a inauguração da primeira globalização, marcada pela violência e a dominação de povos indígenas; o estabelecimento do tráfico transatlântico de pessoas africanas e a institucionalização da escravidão como pilar do progresso econômico europeu; a expansão imperialista europeia no século XIX, com a consequente disputa por terras e recursos, culminando na partilha de África; e, por fim, a construção dos campos de extermínio nazistas, que revelam a sofisticação da barbárie moderna em sua expressão mais extrema.

Essa leitura crítica justifica-se, em grande parte, pela urgência em ressignificar a História e incorporar ao debate as vozes que, por muito tempo, foram apagadas. A Modernidade, tal como nos é apresentada, omite as histórias daquelas pessoas que sofreram suas consequências mais brutais: povos indígenas, pessoas africanas escravizadas, mulheres e outras minorias marginalizadas. Portanto, este texto pretende contribuir para o entendimento de que a barbárie é parte integrante da Modernidade, e que uma educação em direitos humanos precisa reconhecer essa dimensão oculta da história, de forma a promover uma gramática de dignidade humana que contemple as lutas e resistências decoloniais.



A construção teórica que sustenta este ensaio é ancorada em pessoas pensadoras como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Silvia Federici, Aimé Césaire, Enrique Dussel e Ramón Grosfoguel que problematizam a colonialidade do poder e os mecanismos de controle que surgiram com o projeto colonial.¹ Quijano nos adverte que a colonialidade não se restringe ao domínio econômico e político, mas também envolve o controle das subjetividades e das formas de saber, instaurando uma lógica de dominação que persiste até hoje. Já Federici, em seu estudo sobre a caça às bruxas e o controle dos corpos, oferece uma visão crítica sobre como a Modernidade impôs uma ordem patriarcal e capitalista que desumanizou e subjugou as mulheres, especialmente as que resistiram aos modelos coloniais.

Por fim, é necessário considerar que este ensaio se desenvolve através de uma abordagem metodológica que privilegia a escrita ensaística. Este texto, por seu caráter reflexivo, é fundamentado em uma análise crítica e argumentativa, centrada no comentário de textos e na especulação teórica. A escrita, em primeira pessoa, reflete a minha encarnação (Nascimento; De Lucas, 2024) no ato de escrituração, evidenciando que a enunciação não é neutra, mas situada. O propósito aqui é, portanto, criar um espaço de reflexão que, ao questionar a Modernidade, contribua para a reconfiguração das narrativas dominantes e para a construção de novas formas de pensar o passado e o presente.

Por fim, para fechar esta breve introdução, penso ser importante afirmar que uma leitura crítica da História distingue-se do que as direitas autoritárias, e até mesmo parte da esquerda progressista/liberal, têm chamado *revisãoismo histórico*.² No que tange à esquerda progressista/liberal, começa a se formar, já há coisa de uma década, um corpo de textos voltado a criticar o que se convencionou nomear de “identitarismo” e que, nesse contexto, apresenta – na visão de suas pessoas autoras – uma leitura enviesada e incorreta da História. Como mencionei, neste ensaio entendo não caber uma reflexão mais detida sobre tais temas, malgrado sejam eles relevantes para o debate público contemporâneo e forneçam, ao menos do ponto de vista da motivação, um quadro que me levou a escrever este texto.³

Cena I: A Viagem do Homem Europeu às “Virgens” Terras do “Novo” Mundo

O homem europeu que por aqui chegou, nessas terras vermelhas, terras de brasas e brasileiro, inaugura, em certa medida, a Modernidade. A navegação, enquanto empreendimento científico e técnico, permitiu a ele atravessar mares antes desconhecidos e incertos, tidos como

¹Por se tratar de um ensaio, mais curto e marcado por um estilo livre, não deixarei, ainda assim, de fazer referência a outras pessoas autoras que, em alguma medida, já se debruçaram sobre as temáticas aqui abordadas, ainda que de forma indireta.

²Apenas para citar um texto acadêmico recente sobre o tema, recomendo a leitura de: ZIMMERMANN, A. C.. O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado. *História da Historiografia*, v. 16, n. 41, p. e2003, 2023.

³O Prof. Dr. Leandro Colling, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, em pesquisa ainda em estágio inicial, e da qual participo como membro, tem se dedicado a estudar o chamado *identitarismo*, rastreando seu uso em obras de pessoas autoras que escrevem desde uma perspectiva de esquerda/progressista/liberal. Me reservo, então, a, pelo menos neste ensaio, não adentrar nesses textos, mas convidar as pessoas leitoras a acompanhar o trabalho do mencionado professor.



perigosos e habitados por monstros e sereias. Esse momento representou a fundação da primeira globalização, conforme destacado por Milton Santos (2006), que aponta para o estabelecimento de um projeto de homogeneização da vida em escala global. A globalização do homem europeu implicava um deus, um rei, uma língua, e, sobretudo, a dominação de terras e povos que deveriam ser "civilizados" (Bosi, 1992).

A chegada ao "novo" mundo foi vista como o início de uma nova era, um "descobrimento" que, na verdade, esconde a violenta imposição da cultura europeia sobre os povos nativos. Esses povos, que aqui viviam há milênios, foram imediatamente classificados como selvagens, incapazes de governar ou de conduzir suas vidas sem a tutela europeia. Esse ato de redução das populações indígenas a seres "sub-humanos" justificou, aos olhos dos colonizadores, a violência subsequente.

Com a nova tecnologia da navegação, o homem europeu não só explorou territórios distantes, mas também iniciou o que viria a ser um projeto sistemático de destruição e exploração. Armados com a crença na superioridade de sua civilização e com a benção da Igreja, os europeus avançaram sobre essas terras, matando, escravizando e convertendo à força. A justificativa era clara: em nome de um projeto de civilização, seria necessário destruir a cultura indígena e seus modos de vida. O "civilizar", na prática, significava aniquilar e subjugar, inclusive saberes, crenças e conhecimentos diversos (Grosfoguel, 2016).

Eduardo Galeano (2000), em *As Veias Abertas da América Latina*, detalha os horrores desse processo. Ele descreve o saque desenfreado dos recursos naturais – ouro, prata, madeira, e até a força de trabalho indígena –, todos explorados sem qualquer consideração pela sustentabilidade ou pelo impacto nas sociedades locais. Esse processo de saqueio se apoiava na concepção de que as terras e os povos do "novo" mundo estavam à disposição do europeu, cuja missão era "domesticar" esses espaços e convertê-los em fonte de riqueza para o projeto colonial.

A narrativa oficial, construída ao longo dos séculos, enaltece as grandes navegações e o "descobrimento" das Américas como marcos de progresso. No entanto, essa narrativa ignora o custo humano desse projeto. Milhões de pessoas indígenas foram exterminadas através de guerras, doenças e do trabalho forçado. As culturas indígenas, com suas complexidades e riquezas, foram praticamente apagadas, substituídas por uma visão monolítica do que significava ser "civilizado". Galeano ressalta que, para os povos colonizados, a modernidade trouxe não progresso, mas barbárie.

Outro aspecto importante desse projeto colonizador é trazido por Silvia Federici (2017), que aponta como a colonização também foi um espaço de controle sobre os corpos, especialmente os femininos. A violência sexual e a exploração das mulheres indígenas e negras foram centrais para a manutenção do sistema colonial. Aimé Césaire (1978) igualmente nos ajuda a pensar o corpo colonizado como disponível ao colonizador. E, ainda, nos chama a atenção para a hipocrisia da Europa que ao mesmo tempo em que se espanta com a barbárie do nazismo ignora o outro Hitler, aquele que habita em cada europeu e em seus empreendimentos "civilizatórios" em todo o mundo.



Na Europa, a caça às bruxas foi um dos mecanismos de controle sobre as mulheres - e, sobretudo, de seus corpos - que resistiam ao modelo patriarcal emergente. Nas colônias, essa dinâmica se repetiu, com as mulheres sendo vistas não apenas como reprodutoras de força de trabalho, mas como alvos de dominação sexual e física. Assim, a colonização foi, além de um processo econômico e político, um sistema de controle sobre os corpos, sobre a sexualidade e sobre as subjetividades. Sobre esse ponto, penso valer a pena mencionar Quijano (2005, p. 118):

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista (Quijano, 2005, p. 118).⁴

Quando pensamos na primeira globalização, temos que ir além da ideia de um simples intercâmbio de culturas. O que se desenhou foi um processo de imposição de uma única forma de viver, de um único modo de pensar, que considerava tudo o que era "outro" como inferior, ou mesmo como inumano. A chegada do homem europeu às Américas, portanto, deve ser vista como o início de uma era marcada pela violência legitimada pela lógica do progresso. Este progresso, tão frequentemente exaltado, teve como fundamento a morte, a destruição e a exploração de corpos racializados e territórios saqueados.

Portanto, a Modernidade que aqui se inicia é simultaneamente um projeto de barbárie. A fundação da primeira globalização foi também a fundação de um sistema que legitimava a exploração em nome de uma suposta civilização. As consequências desse processo reverberam até hoje, em formas contemporâneas de colonialidade, onde a lógica de dominação e de destruição continua a ser reproduzida, ainda que de maneiras mais sofisticadas.

Eis a primeira cena.

Cena II: O Homem Europeu Abre um Armazém

Após a chegada do homem europeu e a consolidação de seu domínio sobre as terras indígenas, o próximo passo no projeto colonial foi a exploração de um outro recurso: a força de trabalho escravizada. Ao abrir um "armazém" nos territórios coloniais, o homem europeu inaugura uma nova era de exploração sistemática, marcada pela mercantilização dos corpos africanos e pela instalação de um comércio transatlântico de seres humanos. Este armazém é o símbolo de um sistema econômico e social que dependeria, nos séculos seguintes, da exploração racializada como pilar fundamental do desenvolvimento das colônias e das metrópoles europeias.

⁴Maria Lugones (2020, p. 55-56) complexifica a análise de Quijano no que concerne à colonialidade de gênero, destacando: "‘colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade".



O tráfico de pessoas africanas foi uma das práticas mais brutais e desumanizadoras da Modernidade. Milhões de homens, mulheres e crianças foram arrancados de suas terras, acorrentados e transportados em condições de extrema violência e crueldade. A travessia do Atlântico, em navios lotados e insalubres, era apenas o começo de uma vida marcada pelo trabalho forçado, pela exploração sexual e pela completa desumanização. O corpo negro foi transformado em mercadoria, uma peça a ser vendida e trocada, para garantir o lucro dos grandes proprietários e das elites europeias.

As colônias americanas, em particular, tornaram-se dependentes do trabalho escravizado para sustentar suas economias. Plantações de açúcar, tabaco e algodão proliferaram, gerando uma imensa riqueza para os colonizadores e para as metrópoles europeias, ao custo da destruição de milhões de vidas africanas. O "armazém" simboliza essa estrutura de poder, em que o corpo negro não tinha valor humano, mas econômico, sendo uma engrenagem essencial no motor do capitalismo nascente (Quijano, 2005).

No entanto, o tráfico transatlântico não foi apenas uma prática econômica; ele teve profundas implicações ideológicas e sociais. Enzo Traverso argumenta que o sistema escravista não poderia ter existido sem a construção de uma ideologia racista, que desumanizava os africanos e os colocava como seres naturalmente destinados à servidão. A invenção da raça, portanto, foi um dos maiores legados da Modernidade, servindo para legitimar a violência e a exploração. O racismo tornou-se a ferramenta ideológica central para a manutenção do sistema colonial e suas hierarquias.

Ao abrir o "armazém", o homem europeu estabeleceu as bases de um novo modelo econômico, onde o progresso e o desenvolvimento das nações eram construídos sobre a exploração de corpos racializados. A escravidão africana foi um dos pilares fundamentais do capitalismo moderno, gerando riquezas imensuráveis para as elites coloniais e europeias, enquanto as pessoas escravizadas eram tratadas como mercadorias descartáveis. A noção de progresso, tão enaltecida pela Modernidade, estava intimamente ligada a essa estrutura de violência e exploração.

Stuart Hall (2003), ao tratar da diáspora africana, oferece uma análise crítica sobre como a escravidão e o racismo se tornaram intrínsecos ao sistema global. Ele nos lembra que, mesmo após o fim formal da escravidão, as estruturas de exclusão racial e de exploração continuaram a se perpetuar, manifestando-se em novas formas, agora essencialmente culturais, de dominação. A racialização tornou-se uma ferramenta eficaz para manter o controle sobre as populações negras, garantindo a continuidade da exploração econômica e da exclusão social.

No Brasil, o tráfico de pessoas escravizadas atingiu proporções colossais, com milhões de africanos(as) sendo forçados(as) a atravessar o Atlântico para trabalhar nas plantações e minas. As condições de trabalho eram brutais, e os índices de mortalidade nas fazendas eram altíssimos. Ainda assim, o sistema continuou a prosperar, pois a lógica do "armazém" colonial permitia que novas pessoas escravizadas fossem constantemente trazidas para substituir aquelas que haviam morrido de exaustão, doenças ou violência. O tráfico de pessoas escravizadas só foi formalmente



abolido em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, mas a exploração das populações negras continuou de outras maneiras.

A abolição da escravidão no Brasil, em 1888, trouxe o fim legal do trabalho escravizado, mas não significou a verdadeira liberdade para os(as) ex-escravizados(as). Ao contrário, o fim do sistema escravista foi seguido por novas formas de dominação, que continuaram a marginalizar as pessoas negras e a mantê-las em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade. A estrutura de exclusão racial, estabelecida durante o período colonial, permaneceu inalterada, apenas adaptando-se às novas condições econômicas e políticas do Brasil republicano. Assim, o "armazém" colonial continuou a existir de maneira simbólica, garantindo que os corpos negros permanecessem à margem da sociedade.

O que quero dizer, portanto, é que a escravidão e o racismo, portanto, não foram aberrações da Modernidade, mas sim elementos centrais para o seu desenvolvimento. A ideia de progresso, associada à Modernidade, foi construída em cima da exploração de corpos racializados e da violência estrutural contra povos africanos e seus descendentes. Esse sistema de exploração, legitimado pela ideologia racista, foi fundamental para a construção da riqueza das nações europeias e das elites coloniais, enquanto condenava milhões de pessoas africanas a uma vida de sofrimento e morte.

Ao refletir sobre o legado da escravidão e do racismo na Modernidade, é essencial reconhecer que as dinâmicas de exclusão e de violência não se encerraram com o fim da escravidão formal. A lógica do "armazém" colonial, onde o corpo negro era mercadoria, persiste de formas mais sutis e institucionalizadas na contemporaneidade. As desigualdades sociais, econômicas e raciais que marcam as sociedades modernas são, em grande parte, um reflexo das estruturas de dominação e exploração estabelecidas durante o período colonial.

E com isso apresenta-se a segunda cena da Modernidade.

Cena III: O Homem Europeu Precisa de Terras

Após o estabelecimento das colônias e da exploração de recursos e de corpos escravizados, o homem europeu se depara com uma nova necessidade: a expansão de seus territórios. No século XIX, marcado pelo auge das práticas imperialistas, a fome por terras tornou-se o motor das políticas expansionistas europeias. O conceito de "espaço vital", posteriormente retomado por Hitler, já estava presente nas ações imperialistas das potências europeias, que viam na África, na Ásia e na Oceania espaços a serem conquistados e dominados, tanto para a obtenção de recursos naturais quanto para a imposição de sua "civilização". Este foi o tempo dos impérios, quando a Modernidade se revelou, mais uma vez, inseparável da violência e da dominação.

Esse período culminou na Conferência de Berlim (1884-1885), em que as potências europeias se reuniram para dividir o continente africano entre si, como se o território e as populações africanas fossem simples mercadorias à disposição de seus projetos imperialistas.



Sem qualquer consideração pelos povos que viviam nessas terras, as fronteiras foram traçadas de acordo com os interesses europeus, criando uma divisão que desrespeitava por completo as dinâmicas culturais, sociais e políticas que já existiam na África. A partir de então, o continente africano se tornaria um espaço de intensa exploração econômica e de resistência à dominação estrangeira.

Os impérios europeus justificavam suas ações com base na chamada "missão civilizatória". Segundo essa lógica, os povos africanos, asiáticos e oceânicos eram vistos como atrasados, primitivos, incapazes de governar a si mesmos ou de usufruir de seus próprios recursos naturais de maneira produtiva. Assim, caberia ao homem europeu, portador da "civilização", dominar esses territórios, impor sua cultura e explorar os recursos dessas terras "em benefício da humanidade". O colonialismo, dessa forma, era justificado como um ato de benevolência, quando, na verdade, era mais uma face da barbárie moderna.

No entanto, o verdadeiro objetivo do imperialismo era a expropriação das terras e a exploração desenfreada de seus recursos. Minérios, petróleo, borracha, entre outros, eram extraídos em larga escala para abastecer as metrópoles europeias, enquanto as populações locais eram subjugadas e forçadas ao trabalho. A economia das colônias foi inteiramente moldada pelos interesses das potências europeias, resultando em uma exploração que destruía o ambiente e desestruturava as sociedades tradicionais. A expansão imperialista, assim, gerou imensa riqueza para os países colonizadores, ao custo da miséria e da destruição das sociedades colonizadas.

É importante notar que o imperialismo europeu do século XIX não se limitou à conquista física das terras, mas envolveu também um esforço intenso para controlar o conhecimento, a cultura e as subjetividades dos povos colonizados. Aníbal Quijano (2005) introduz o conceito de "colonialidade do saber" para explicar como o homem europeu, ao conquistar esses territórios, impôs também sua visão de mundo como a única forma válida de conhecimento e de organização social. A cultura, as línguas e as tradições locais eram desvalorizadas, consideradas bárbaras ou primitivas, enquanto a cultura europeia era apresentada como o ápice da civilização humana.

Esse processo de dominação intelectual e cultural, que acompanhou a expansão imperialista, foi fundamental para a manutenção do controle europeu sobre as colônias. As populações colonizadas não apenas perderam suas terras e seus recursos, mas também foram forçadas a internalizar a ideia de que suas culturas eram inferiores e que a única forma de progresso era a assimilação dos valores europeus. A educação colonial, em particular, foi uma das principais ferramentas para impor essa lógica de subordinação, alienando as gerações futuras de suas próprias histórias e tradições.

Hitler, ao desenvolver sua doutrina de expansão racial no século XX, baseou-se na ideia de "espaço vital" já utilizada pelos imperialistas europeus. A lógica era a mesma: a raça superior tinha o direito, ou mesmo o dever, de conquistar novos territórios e subjugar as populações nativas, consideradas inferiores. Assim, o imperialismo europeu do século XIX e o expansionismo nazista compartilhavam uma mesma visão: a crença de que o progresso e a sobrevivência de uma nação ou de uma raça dependiam da dominação de outros povos e do controle de suas terras.



Essa lógica de conquista, que marcou tanto o colonialismo quanto o fascismo, evidencia a continuidade entre os diferentes regimes de opressão que caracterizam a Modernidade. Nesse sentido, diz Césaire (1978, p. 19):

Falei muito de Hitler. É que ele merece-o: permite-nos uma visão ampla e permite-nos apreender que a sociedade capitalista, no seu estágio actual, é incapaz de fundar um direito das pessoas, tal como se revela impotente para fundar uma moral individual. Queira-se ou não: no fim deste beco sem saída chamado Europa, quero dizer, a Europa de Adenauer, de Schuman, Bidault e alguns outros, há Hitler. No fim do capitalismo, desejos de se sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler (Césaire, 1978, p. 19).

Há, assim, indubitavelmente, um entrelaçamento dos empreendimentos europeus por terras, e, conseqüentemente, da acumulação capitalista primitiva que por aqui teve lugar, com uma sanha destruidora e assassina.

A expansão imperialista, que moldou o mapa político do mundo moderno, foi acompanhada por uma série de genocídios, massacres e guerras de subjugação. Na África, na Ásia e na Oceania, a resistência das populações locais foi brutalmente reprimida. Genocídios, como o dos hererós e namaquas na atual Namíbia, perpetrado pelos alemães entre 1904 e 1908, e que funcionam como uma tuba de ensaio para o Holocausto, são exemplos das consequências mais violentas do imperialismo, e sobre os quais pouco se fala, muito embora a chamada “nova historiografia” tem tratado de destacar essa, em meu sentir, patente e macabra relação (Correa, 2011). Esses massacres, portanto, foram um prenúncio do que viria a ser o século XX, com suas guerras mundiais e seus genocídios em escala industrial. A Modernidade, assim, continuava a se afirmar através da barbárie, sob o manto do progresso.

Além disso, o impacto da colonização sobre as sociedades africanas e asiáticas foi devastador. Os modelos de desenvolvimento impostos pelos europeus destruíram as economias locais, geraram fome e desintegração social, e deixaram um legado de pobreza e instabilidade política que persiste até os dias de hoje. A exploração dos recursos naturais, realizada de forma insustentável, também contribuiu para a degradação ambiental de vastas áreas do mundo colonial. As consequências do imperialismo europeu no século XIX continuam a moldar as relações de poder e de desigualdade no mundo contemporâneo.

A terceira cena da Modernidade revela, portanto, a fome insaciável por terras e a busca incessante pelo domínio de novos territórios como parte do projeto imperialista europeu. Esse projeto, longe de ser um processo civilizatório, foi marcado pela exploração desenfreada, pela destruição de culturas e pelo genocídio de populações inteiras. A lógica da expansão territorial, que marcou o século XIX, foi uma continuação das práticas de dominação iniciadas nas Américas e que se expandiram para o resto do mundo. A Modernidade, assim, não pode ser compreendida sem a análise crítica do imperialismo e de suas consequências devastadoras.

E com isso apresenta-se a terceira cena da Modernidade.

Cena IV: O Homem Europeu Constrói um Campo de Extermínio



Chegamos ao ápice da barbárie moderna: a Shoá. O campo de extermínio nazista representa a culminação de séculos de violência sistemática que começou com a colonização e a exploração de corpos racializados nas Américas e na África. O Holocausto, marcado pelo extermínio em massa de pessoas judias, ciganas, eslavas, homossexuais, pessoas com deficiências, dentre outras minorias, é frequentemente compreendido como um evento único na História. No entanto, para entender completamente a Shoá, é necessário traçar suas raízes até as práticas de colonização e genocídio que caracterizaram a Modernidade desde o século XV.

Antes de seguirmos, entendo pertinente convocar Bauman (1998, p. 12), que, sobre o Holocausto, diz:

O Holocausto foi de fato uma tragédia judaica. Embora os judeus não tenham sido a única população submetida a "tratamento especial" pelo regime nazista (seis milhões de judeus estavam entre as mais de 20 milhões de pessoas aniquiladas a mando de Hitler), só os judeus foram marcados para o extermínio, a destruição total, e não tinham lugar reservado na Nova Ordem que Hitler pretendia instaurar. Mesmo assim, o Holocausto não foi simplesmente um problema judeu nem fato da história judaica apenas. O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. A autocura da memória histórica que se processa na consciência da sociedade moderna é por isso mais do que uma indiferença ofensiva às vítimas do genocídio. É também um sinal de perigosa cegueira, potencialmente suicida (Bauman, 1998, p. 12).

Na esteira do entendimento de Bauman, é possível afirmar que o campo de extermínio nazista, que tem em Auschwitz o seu maior símbolo, foi o produto de uma modernidade que havia aprendido a combinar a eficiência tecnológica com a desumanização de populações inteiras. O desenvolvimento técnico, que permitiu à Europa conquistar vastos territórios e subjugar povos em todo o mundo, encontrou no campo de extermínio sua expressão mais sofisticada. A tecnologia de extermínio, somada à exploração de corpos racializados, já estava presente nas Américas coloniais, como antes argumentei, onde a mão de obra escrava e o genocídio de indígenas eram justificados pela lógica do progresso e da civilização. O que aconteceu em Auschwitz foi, em muitos aspectos, uma continuação dessa história de barbárie, agora elevada à sua forma mais "perfeita" e "racional".

Enzo Traverso (2001) nos lembra que a Shoá não teria sido possível sem o desenvolvimento de certos "artefatos culturais" que a Modernidade havia criado. Entre eles, o sistema concentracionário, cuja eficácia já havia sido demonstrada no período colonial, e a planta industrial, que transformou o assassinato em uma prática de produção em massa. Esses elementos, combinados com a burocracia estatal e a ideologia racista que colocava as pessoas judias e outras minorias como inumanas, formaram a base do genocídio moderno. A eficiência da morte em Auschwitz, portanto, não foi uma aberração da Modernidade, mas sua consequência lógica, dada a trajetória de exploração e desumanização que começou com a colonização.

A relação entre o colonialismo europeu e o Holocausto precisa ser melhor compreendida. Quando os europeus colonizaram as Américas e a África, eles desenvolveram um sistema de



exploração que dependia da desumanização de povos inteiros. As pessoas indígenas e africanas foram consideradas "menos que humanas", aptas para a exploração e o extermínio, caso se opusessem à ordem colonial. O mesmo princípio foi aplicado pelos nazistas no século XX: pessoas judias, ciganas, homossexuais e outros grupos eram vistos como ameaças à "pureza" da raça ariana e, portanto, deveriam ser eliminadas. O genocídio, então, torna-se a ferramenta extrema para manter a ordem racial e social.

Auschwitz e outros campos de extermínio nazistas são muitas vezes descritos como "fábricas da morte". Isso reflete não apenas a escala da matança, mas também a forma como a lógica industrial foi aplicada ao genocídio. O Holocausto foi marcado pela sistematização do extermínio: as pessoas judias eram transportadas em trens, processadas como mercadorias e exterminadas em câmaras de gás. O uso da tecnologia moderna para matar de forma eficiente e em massa é um dos aspectos mais perturbadores da Shoá, pois revela o quão profundamente a lógica da Modernidade havia internalizado a violência como uma ferramenta de progresso.

O racismo, mas também o que atualmente entendemos como capacitismo e igualmente a homofobia, que estavam no centro da ideologia nazista, também haviam sido centrais para o colonialismo europeu. E, aqui, vale uma digressão: é importante sublinhar, no caso brasileiro, especialmente (Miskolci, 2012), que o "desejo da nação" ia ao encontro não apenas da branquitude, é dizer, da brancura, ansiada por meio da importação de levas e levas de europeus ao Brasil, mas também da heterossexualidade, o que se coaduna com a ideologia de um povo unido sob um ideário de família branca e hetero. A ideia de que certos grupos humanos eram biologicamente inferiores e, portanto, destinados à subordinação ou à morte, foi essencial para justificar tanto a escravidão nas colônias quanto o extermínio de judeus na Europa. O imperialismo europeu havia criado uma retórica de superioridade racial que foi adotada e radicalizada pelo nazismo. O Holocausto, nesse sentido, foi uma continuação da violência racial que caracterizou os projetos coloniais europeus por séculos.

A Shoá, portanto, não deve ser vista como um evento isolado, mas como parte de uma longa história de genocídios que começaram com a colonização das Américas e da África. A Modernidade, com todo o seu aparato técnico e científico, foi construída sobre a desumanização de corpos racializados, e o campo de extermínio nazista representa a culminação dessa trajetória. Ao combinar tecnologia e ódio racial, a Shoá levou a violência da Modernidade ao seu extremo mais terrível. Como veremos a seguir, entretanto, talvez o medonho episódio da Shoá não tenha, no final da história, ou, para seguirmos com a metáfora deste ensaio, no final das cenas, sido a *última* cena. O mundo, enquanto escrevo estas páginas, tem visto crescer o ódio - e a violência que o acompanha - de maneira exponencial. Quem sabe para onde esse sentimento nos levará!

A relação entre colonização e genocídio também pode ser observada nas estratégias de controle social e político utilizadas pelos nazistas. O sistema de campos de concentração, por exemplo, havia sido testado e aperfeiçoado em colônias como a África do Sul, onde os britânicos criaram campos para controlar a população durante a Guerra dos Bôeres. Essa "herança colonial" foi trazida de volta à Europa, onde os nazistas a utilizaram para exterminar judeus, ciganos e



outros grupos. Assim, a Europa, que havia exportado a violência da Modernidade para as colônias, viu essa violência retornar em sua forma mais brutal. O espanto, no entanto, nesse caso, foi o de essa violência, tecnologicamente sofisticada, ser empregada no *interior* da Europa, como muito bem apontam os autores com os quais dialoguei ao longo deste ensaio.

O genocídio nazista também expôs a falência moral da Modernidade, que, apesar de suas promessas de progresso e civilização, mostrou-se capaz de cometer as piores atrocidades. Auschwitz não foi um desvio do caminho civilizatório europeu, mas seu ponto culminante. A lógica de dominação, exploração e extermínio, que começou com a empresa colonial, alcançou sua forma mais sofisticada nos campos de extermínio nazistas. O campo de extermínio foi, em última análise, o produto de uma Modernidade que sempre esteve entrelaçada com a barbárie.

Auschwitz, assim, torna-se o símbolo de uma Modernidade que fracassou em seu projeto civilizatório, ao transformar o progresso técnico e científico em ferramentas de morte. A Europa, que havia se colocado como o farol da civilização, revelou-se o berço de um dos maiores horrores da história humana. O campo de extermínio, em vez de ser um espaço de "reeducação" ou "correção" das populações indesejadas, tornou-se o lugar da morte em massa, o fim da linha para milhões de vidas que foram consideradas indignas de existir.

A quarta cena da Modernidade nos apresenta a barbárie em sua forma mais racional e sistemática. O Holocausto, enquanto produto da Modernidade, é um lembrete de que o progresso técnico e científico, sem uma ética que respeite a dignidade humana, e daí a relevância da educação em direitos humanos, pode facilmente se transformar em uma máquina de extermínio. Auschwitz nos obriga a repensar as promessas da Modernidade e a reconhecer que a civilização europeia foi construída, desde o início, sobre os escombros da violência colonial.

E com isso apresenta-se a quarta cena da Modernidade.

Poslúdio: O Homem Europeu Reencontra a Barbárie

No dia 7 de outubro de 2023, o mundo testemunhou um novo capítulo de violência no conflito israelo-palestino: o atentado perpetrado pelo Hamas contra Israel. O ataque, violento e brutal, atingiu o coração do Estado israelense, trazendo à tona a fragilidade de uma região já marcada por décadas de hostilidade, ocupação e dominação. As reações a esse evento foram imediatas e desmedidas. Israel, sob o pretexto de autodefesa, lançou uma ofensiva que rapidamente escalou para uma reação desproporcional, resultando em um massacre generalizado nas áreas controladas pela Palestina. A retaliação israelense ultrapassou os limites da proporcionalidade, desconsiderando as normas estabelecidas pelo Direito Internacional Humanitário e reeditando, de maneira aterradora, cenas que remontam, em meu sentir e conforme tenho argumentado, aos momentos mais sombrios da Modernidade.

Essa nova cena da barbárie moderna não pode ser analisada isoladamente. A violência desencadeada pelo Hamas não surge no vácuo. Ela é o produto de um longo processo de ocupação e repressão que há décadas submete o povo palestino a uma condição de subjugação.



No entanto, a resposta israelense, longe de representar um ato de autodefesa legítima, revela-se como uma prática reiterada de dominação, sustentada pela lógica colonial e pela crença na superioridade de um grupo sobre outro. As bombas lançadas sobre Gaza e as cidades palestinas são parte de uma narrativa que se constrói sobre o aniquilamento do outro, considerado uma ameaça existencial que deve ser eliminada a qualquer custo.

As ações de Israel, ao desrespeitar abertamente os princípios do Direito Internacional, notadamente a resolução pacífica dos conflitos e o respeito à dignidade humana, reeditam as cenas que já vimos ao longo deste ensaio: a dominação de territórios, a exploração de corpos racializados e a desumanização do outro. A lógica de colonização que sustentou os impérios europeus no século XIX e a violência dos campos de extermínio no século XX encontram eco no tratamento dispensado aos palestinos. O uso desproporcional da força, a destruição de lares, a morte indiscriminada de civis e o bloqueio sistemático de ajuda humanitária fazem parte de uma prática que já conhecemos: a de legitimar a violência em nome da segurança e da civilização.

Assim como nas cenas anteriores, a retórica do progresso e da defesa da civilização serve para justificar a barbárie. Israel, respaldado por potências ocidentais, especialmente os EUA, afirma agir em nome de sua segurança e de sua sobrevivência, enquanto milhares de vidas palestinas são destruídas. A desigualdade de poder entre Israel e Palestina faz com que a reação israelense seja vista não apenas como uma resposta a um ataque, mas como uma reafirmação de sua supremacia e de sua capacidade de impor sua vontade pela força. O massacre de palestinos, portanto, não é apenas uma tragédia humana; é a reafirmação de uma estrutura de poder colonial que persiste e se recria no presente.

Ao olhar para o atentado do Hamas e a reação israelense, somos forçados a confrontar mais uma vez a barbárie da Modernidade. O conflito israelo-palestino, com suas raízes históricas profundas, é um exemplo trágico de como as lógicas de exclusão e de dominação que surgiram com a colonização continuam a moldar as relações globais. A violência desenfreada, legitimada por um discurso de segurança e progresso, é a marca de uma modernidade que, como vimos ao longo deste ensaio, nunca foi capaz de se desvincular da barbárie.

Considerações finais

Ao percorrermos as cenas da Modernidade, da chegada do homem europeu às Américas até os campos de extermínio nazistas e, finalmente, o recente conflito entre Israel e Palestina, o que se revela é uma narrativa consistente de barbárie. A Modernidade, frequentemente celebrada como o ápice do progresso e da civilização, carrega em seu âmago a violência, a exploração e a exclusão, sempre legitimadas em nome de uma suposta superioridade cultural, racial ou tecnológica. Este ensaio buscou, por meio de uma perspectiva de(s)colonial, desvendar as contradições desse projeto moderno, mostrando como a civilização europeia foi erigida sobre os escombros da opressão e do genocídio.



A primeira cena mostrou o homem europeu nas "virgens" terras do "Novo" Mundo, onde a técnica da navegação e o ímpeto de conquista inauguraram a violência contra os povos indígenas e a exploração de seus territórios. A chegada às Américas, celebrada como um marco de descobrimento, na verdade, deu início a um ciclo interminável de destruição e exploração, cujas cicatrizes permanecem evidentes até os dias de hoje.

Em seguida, o armazém aberto pelo homem europeu simbolizou a transformação do corpo africano em mercadoria, e a invenção da raça justificou o comércio transatlântico de escravizados. O tráfico de africanos e a escravidão foram não apenas pilares econômicos da Modernidade, mas também a base para o desenvolvimento de uma ideologia racista que sustentou o colonialismo e que se perpetua até hoje nas desigualdades sociais e raciais do mundo contemporâneo.

A terceira cena nos levou ao apetite insaciável por terras, que impulsionou as potências europeias a dividir e colonizar a África e outras partes do mundo. O imperialismo do século XIX, justificado pela retórica da "missão civilizatória", trouxe consigo a destruição de culturas, o saque de recursos e o genocídio de populações inteiras. A expansão territorial, vista como um sinal de progresso, foi, na verdade, uma continuação da violência que já havia sido perpetrada nas Américas e agora se alastrava pelo globo.

Chegando à quarta cena, vimos como o Holocausto representou o ápice da racionalidade genocida da Modernidade. Os campos de extermínio nazistas, com sua eficiência mortífera, eram o reflexo de uma lógica de desumanização que havia sido testada e aperfeiçoada nas colônias. A combinação de tecnologia, racismo e burocracia estatal permitiu que o genocídio se tornasse uma prática sistematizada, desvelando o lado sombrio da Modernidade, que não apenas prometeu progresso, mas também produziu morte em massa.

O poslúdio nos traz ao presente, onde o atentado do Hamas e a retaliação israelense revelam a continuidade dessa lógica de barbárie. As cenas vistas ao longo do ensaio ecoam na atualidade, onde a violência legitimada pelo discurso de segurança e civilização continua a ser empregada para justificar massacres e desrespeito às normas internacionais. O conflito israelo-palestino, com suas raízes coloniais, exemplifica como as práticas de exclusão e dominação ainda moldam as relações de poder no século XXI.

A Modernidade, portanto, não pode ser separada da barbárie que a constitui. Este ensaio procurou demonstrar que o progresso, tal como foi concebido pelas potências europeias, sempre esteve atrelado à exploração, ao racismo e à destruição de vidas e culturas. É impossível celebrar a Modernidade sem reconhecer o custo humano que ela impôs aos povos colonizados e racializados. As cenas apresentadas aqui são um convite à reflexão crítica sobre a História, e à necessidade de ressignificar o projeto moderno a partir de uma perspectiva decolonial.

Reconhecer a barbárie que permeia a Modernidade é o primeiro passo para reimaginar um futuro onde o progresso não esteja atrelado à destruição e à exclusão. E esse ponto ganha especial importância se levarmos em conta a emergência, nos últimos anos, das tecnologias artificiais, as quais têm sido utilizadas não apenas para a melhoria da vida humana na terra, mas



também, e lamentavelmente, para a sofisticação dos aparatos de guerra, tais como os drones de última geração utilizados nos conflitos atuais. Uma nova gramática de direitos humanos, que leve em consideração as lutas e resistências dos povos dominados, deve ser construída para que possamos, finalmente, romper com as práticas de dominação que têm marcado nossa trajetória até aqui.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In:_____. **Dialética da colonização**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução do francês por Noémia de Sousa. Prefácio Sá da Costa Editora, 1977. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. 71 p. Título original: Discours sur le colonialisme.

CORREA, S. M. DE S. **História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano**. Revista Brasileira de História, v. 31, n. 61, p. 85-103, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 12).

GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan. 2016.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 45-68.

NASCIMENTO, Clebemilton Gomes do; LUCAS, Carlos Henrique de. **A escritura encarnada na criação de conhecimento científico-acadêmico: notas sobre experiências**. Scripta, Belo Horizonte, v. 28, n. 62, p. 347-372, 2024. DOI: 10.5752/P.2358-3428.2024v28n62p347-372. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/32735>. Acesso em: 11 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 11 set. 2025.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TRAVERSO, Enzo. **La historia desgarrada**. Ensayo sobre Auschwitz y los intelectuales, Barcelona, Herder, 2001.

ZIMMERMANN, A. C. **O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado**. História da Historiografia, v. 16, n. 41, p. e2003, 2023.



CENAS DA MODERNIDADE OU A HISTÓRIA DA BARBÁRIE: POR UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DE(S)COLONIAL

Resumo: Este ensaio examina a violência inerente ao processo de Modernidade, desafiando a narrativa eurocêntrica de progresso civilizatório. Através de quatro cenas principais, o texto evidencia como o avanço técnico e científico europeu foi sustentado pela exploração, genocídio e desumanização de povos racializados. A primeira cena aborda a chegada do homem europeu às Américas, marcando o início do genocídio indígena e da colonização. A segunda cena trata do tráfico transatlântico de pessoas africanas, destacando a invenção da raça como justificativa para a escravidão. Já a terceira cena explora o imperialismo do século XIX, quando a “fome” por terras levou à colonização de África, Ásia e Oceania, causando destruição e genocídio. A quarta cena culmina no Holocausto, revelando a continuidade entre o colonialismo e o genocídio moderno. No poslúdio, o ensaio conecta o recente conflito entre Israel e Palestina a essa lógica de barbárie, expondo como a Modernidade ainda se reflete nas relações globais de poder. O ensaio, ancorado em uma perspectiva decolonial, argumenta que a Modernidade foi inseparável da barbárie, convidando à ressignificação dos direitos humanos e das narrativas históricas.

Palavras-chave: Modernidade; Colonialismo; Barbárie; Direitos humanos; Decolonialidade.

ESCENAS DE LA MODERNIDAD O LA HISTORIA DE LA BARBARIE: POR UNA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS DE(S)COLONIAL

Resumen: Este ensayo examina la violencia inherente al proceso de la Modernidad, desafiando la narrativa eurocéntrica de progreso civilizatorio. A través de cuatro escenas principales, el texto evidencia cómo el avance técnico y científico europeo se sustentó en la explotación, el genocidio y la deshumanización de pueblos racializados. La primera escena aborda la llegada del hombre europeo a las Américas, marcando el inicio del genocidio indígena y la colonización. La segunda escena trata del tráfico transatlántico de personas africanas, destacando la invención de la raza como justificación para la esclavitud. La tercera escena explora el imperialismo del siglo XIX, cuando el “hambre” por tierras llevó a la colonización de África, Asia y Oceanía, causando destrucción y genocidio. La cuarta escena culmina en el Holocausto, revelando la continuidad entre el colonialismo y el genocidio moderno. En el postludio, el ensayo conecta el reciente conflicto entre Israel y Palestina con esta lógica de barbarie, exponiendo cómo la Modernidad aún se refleja en las relaciones globales de poder. El ensayo, anclado en una perspectiva decolonial, argumenta que la Modernidad fue inseparable de la barbarie, invitando a resignificar los derechos humanos y las narrativas históricas.

Palabras claves: Modernidad; Colonialismo; Barbarie; Derechos humanos; Decolonialidad.

SCENES OF MODERNITY OR THE HISTORY OF BARBARISM: FOR A DE(S)COLONIAL EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

Abstract: This essay examines the violence inherent in the process of Modernity, challenging the Eurocentric narrative of civilizational progress. Through four main scenes, the text demonstrates how European technical and scientific advancement was sustained by the exploitation, genocide, and dehumanization of racialized peoples. The first scene addresses the arrival of the European man in the Americas, marking the beginning of the indigenous genocide and colonization. The second scene discusses the transatlantic slave trade, highlighting the invention of race as a justification for slavery. The third scene explores 19th-century imperialism, when the “hunger” for land led to the colonization of Africa, Asia, and Oceania, causing destruction and genocide. The fourth scene culminates in the Holocaust, revealing the continuity between colonialism and modern genocide. In the postlude, the essay connects the recent conflict between Israel and Palestine to this logic of barbarity, exposing how Modernity still reflects in global power relations. Grounded in a decolonial perspective, the work argues that Modernity was inseparable from barbarism, calling for the re-signification of human rights and historical narratives.

Keywords: Modernity; Colonialism; Barbarism; Human Rights; Decoloniality.



RECEBIDO EM: 30 de setembro de 2024
APROVADO EM: 18 de setembro de 2025
PUBLICADO EM: 24 de outubro de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

DE LUCAS, Carlos Henrique. Cenas da modernidade ou a história da barbárie: Por uma educação em direitos humanos de(s)colonial. **Revista Espirales**, v. 9, e-location: e22828869113, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-13>.

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenko, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Alessandra Renata de Melo Teixeira e Orlando Bellei Neto

REVISÃO: Cibelle Burdulis da Motta

DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Renata de Melo Teixeira



A REVISTA ESPIRALES É APOIADA E FINANCIADA POR: